


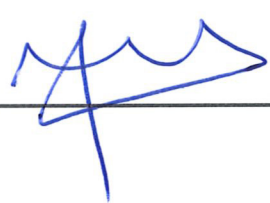
15. ABERTURA DO PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA – PROPOSTA DO REGULAMENTO DO CENTRO COORDENADOR DE TRANSPORTES URBANOS DE BRAGA (CENTRAL DE CAMIONAGEM):

Da Sr^a Vereadora **Dr^a OLGA PEREIRA** submetendo à consideração do Executivo Municipal, abertura do período de consulta pública, pelo prazo de 30 dias, nos termos previstos no artº 101º do Código de Procedimento Administrativo, a proposta de Regulamento do Centro Coordenador de Transportes de Braga.

Tem informação da gestora do procedimento.



<p>Despacho da Chefe da Divisão dos Serviços Jurídicos e Contencioso</p> <p><i>Concordo com o projeto de Regulamento que segue em anexo.</i></p> <p><i>2.10.2020</i> </p>	<p>Despacho do Sr. Diretor Municipal de Gestão</p> <p><i>11</i></p>
--	---

<p>Despacho do Sr (a). Vereador (a), com competência delegada/subdelegada por Despacho do Sr. Presidente de 13 de novembro de 2019</p> <p><i>concordo</i></p> <p><i>AO Executivo Municipal</i></p> <p><i>6.10.2020</i></p> <p><i>11</i> <i>Olga Pereira</i></p>	<p>Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal</p> <p><i>A ... do Excmo.</i></p> <p><i>2.10.2020</i> </p>
---	---



DIREÇÃO MUNICIPAL DE GESTÃO - DIVISÃO SERVIÇOS JURÍDICOS E CONTENCIOSO

<p>Despacho da Chefe da Divisão dos Serviços Jurídicos e Contencioso – DSJC,</p> <p>____/____/____</p>	<p>Despacho do Sr. Diretor Municipal de Gestão– DMG,</p> <p>____/____/____</p>
--	--

<p>Despacho do Sr. Vereador, com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 13 de novembro de 2019</p> <p>____/____/____</p>	<p>Despacho da Sra. Vice-Presidente da Câmara Municipal,</p> <p>____/____/____</p>
---	---

Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal

Data da informação: 02/10/2020

Assunto: CENTRAL DE CAMIONAGEM DE BRAGA – Projeto de Regulamento do Centro
Coordenador de Transportes de Braga



Após ter sido deliberado e devidamente publicado o início do presente procedimento, não houve constituição de interessados.

Assim, sendo, foi elaborado o **PROJETO do REGULAMENTO DO CENTRO COORDENADOR DE TRANSPORTES DE BRAGA**, que após aprovação da Sra. Vereadora, Ex.ma Dra. Olga Pereira, deve agora seguir para o Sr. Presidente da CMB, para efeitos de envio ao Executivo Municipal, para que se inicie o necessário período de CONSULTA PÚBLICA.

À consideração superior,

A jurista, (em teletrabalho)

Elisa Cunha Coelho

PROJETO

**Centro Coordenador de
Transportes de Braga - CCTB**

2020



REGULAMENTO

**De utilização e funcionamento do Centro
Coordenador de Transportes de Braga**



Nota justificativa

Na prossecução da multiplicidade dos interesses concelhios no âmbito do planeamento e do desenvolvimento, não pode a Câmara Municipal de Braga alhear-se e dessa forma descurar a importância que reveste para o concelho de Braga a **Central de Camionagem de Braga**, por forma a desenvolver um serviço público de apoio à realidade existente dos transportes coletivos de passageiros do concelho, o que deverá ser hoje tido como uma mais valia no âmbito da gestão de instalações, equipamentos e serviços na área dos transportes.

Reveste-se, assim, da maior importância, a criação de condições concretas de operacionalidade que visem, em última instância, a garantia da instituição de um serviço público de transportes coletivos de passageiros, urbanos e interurbanos, eficaz e de qualidade, face às exigências de uma consciência coletiva das populações cada vez mais ciente dos seus direitos e, dessa forma, das obrigações que impendem sobre a Administração Local na satisfação das suas necessidades coletivas.

Torna-se necessário estabelecer um conjunto de regras que permitam assegurar a gestão e o normal funcionamento desta importante infra-estrutura, doravante designada como **Centro Coordenador de Transportes de Braga - CCTB**.

O presente Regulamento contempla também as taxas, preços e rendas a cobrar pelos serviços prestados no âmbito do normal funcionamento do CCTB.

Entende-se por CCTB o estabelecimento em que se concentram obrigatoriamente os locais terminais ou locais de paragem de todas as carreiras de transportes rodoviários de passageiros e mercadorias que servem o aglomerado urbano.

O CCTB terá como funções essenciais:

- 1) Assegurar o acesso não discriminatório e a igualdade de oportunidades a todos os operadores destes serviços, designadamente quanto às instalações, oficinas, estacionamento, bilheteiras, sistemas de atendimento, venda e informação ao público;
- 2) Proporcionar um terminal cómodo para os passageiros e funcional para as empresas que utilizem ou explorem carreiras rodoviárias;

-
- 3) Promover a coordenação das explorações rodoviárias;
 - 4) Contribuir para o ordenamento e fluidez do tráfego urbano, libertando-o dos embaraços resultantes do trânsito e estacionamento de veículos afectos a carreiras.

Refira-se, ainda, que nos termos do artigo 99.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) de 2015, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a nota justificativa da proposta de regulamento deve ser acompanhada por uma ponderação dos custos e benefícios das medidas projetadas.

Dando cumprimento a esta exigência acentua-se, desde logo, que grande parte das vantagens deste regulamento são as de permitir concretizar e desenvolver o que se encontra previsto na Lei n.º 52/2015 de 9 de junho - que aprova o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros e revoga a Lei n.º 1/2009, de 5 de janeiro, e o Regulamento de Transportes em Automóveis (Decreto n.º 37272, de 31 de dezembro de 1948), garantindo, assim, a sua boa aplicação.

Do ponto de vista dos encargos, o presente regulamento, embora implique despesas acrescidas para o Município, prevê também um aumento da sua receita (taxas/preços/rendas).

Resulta, assim, que a aprovação da presente Proposta de Regulamento se apresenta claramente como uma mais-valia para o serviço público de apoio ao funcionamento dos transportes coletivos de passageiros, de modo a assegurar o acesso não discriminatório e a igualdade de oportunidades a todos os operadores destes serviços, designadamente quanto às instalações, oficinas, estacionamento, bilheteiras, sistemas de atendimento, venda e informação ao público.

O projeto de regulamento será submetido, nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, a apreciação pública, pelo prazo de 30 dias, após a aprovação da Câmara Municipal e publicação da respectiva deliberação.

O presente Regulamento é elaborado ao abrigo da Lei n.º 52/2015 de 9 de junho, e demais legislação em vigor, aplicável à exploração e funcionamento dos serviços de transporte coletivo de passageiros.

Assim, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, a Câmara Municipal, sob proposta do seu Presidente, decide aprovar e submeter o presente projeto de Regulamento à aprovação da Assembleia Municipal.

INDICE

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - Âmbito, objetivo e áreas

Artigo 2º - Finalidade e utilização

Artigo 3º - Competências

CAPÍTULO II – Funcionamento e organização do CCTB

Artigo 4º - Acesso ao CCTB

Artigo 5º - Horário de funcionamento

Artigo 6º - Controlo do CCTB

Artigo 7º - Circulação e estacionamento de veículos de transporte coletivo de passageiros no CCTB

Artigo 8º - Publicidade dos horários e tarifas

Artigo 9º - Registo de informação e elementos estatísticos

Artigo 10º - Manutenção

Artigo 11º - Avarias

Artigo 12º - Objetos esquecidos ou abandonados

Artigo 13º - Despacho de bagagens e mercadorias

Artigo 14º - Seguros

Artigo 15º - Reclamações

CAPÍTULO III – CAIS E ESCRITÓRIOS/BILHETEIRAS

Artigo 16º - Afetação e utilização dos cais

Artigo 17º - Escritórios/Bilheteiras

Artigo 18º - Sinalização dos escritórios/bilheteiras

Artigo 19º - Venda de bilhetes

CAPÍTULO IV – ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E PUBLICIDADE

Artigo 20º - Estabelecimentos Comerciais

Artigo 21º - Hasta Pública

Artigo 22º - Negociação

Artigo 23º - Publicidade

CAPÍTULO V – ORGANIZAÇÃO, TAXAS, ENCARGOS E PLANO DE EXPLORAÇÃO

Artigo 24º - Organização dos funcionários afetos ao CCTB

Artigo 25º - Dos utentes

Artigo 26º - Cobrança de taxas e preços

Artigo 27º - Prestação de serviços

Artigo 28º - Encargos

Artigo 29º - Relatório Anual de Execução

CAPÍTULO VI – FISCALIZAÇÃO E REGIME SANCIONATÓRIO

Artigo 30º - Fiscalização

Artigo 31º - Contraordenações

Artigo 32º - Sanções acessórias

Artigo 33º - Competência

CAPÍTULO VII – DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 34º - Conhecimento e omissões

Artigo 35º - Direito subsidiário

Artigo 36º - Delegação de competências

Artigo 37º - Norma revogatória

Artigo 38º - Entrada em vigor

Abreviaturas utilizadas

CCTB – Centro Coordenador de Transportes de Braga

CMB – Câmara Municipal de Braga

CRMB – Código Regulamentar do Município de Braga

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º

Âmbito, objetivo e áreas

1. O presente regulamento destina-se a assegurar a organização e funcionamento do **Centro Coordenador de Transportes de Braga**, adiante designado por **CCTB**, localizado na Praça da Galiza, sem número, destinado à prestação de serviço público de apoio ao funcionamento dos transportes coletivos de passageiros, de modo a assegurar o acesso não discriminatório e a igualdade de oportunidades a todos os operadores destes serviços, designadamente quanto às instalações, oficinas, estacionamento, bilheteiras, sistemas de atendimento, venda e informação ao público.
2. O CCTB é o «**Interface ou terminal de transporte público de passageiros**», ou seja, uma infraestrutura, equipada com instalações tais como balcões de registo, salas de espera ou bilheteira, dotada de pessoal, detida por uma entidade pública, podendo a respetiva gestão e operação ser incluída em contrato de serviço público, onde ocorrem estacionamento ou paragens de veículos afetos aos serviços públicos de transporte de passageiros, embarque e desembarque de passageiros, bem como conexões entre esses serviços.
3. A CMB é o «**Operador de interface ou de terminal**», ou seja, a entidade pública que gere as referidas infraestruturas, que aprova as condições de acesso e os tarifários, aloca a capacidade e estabelece os horários e escalas.
4. O CCTB é constituída por:
 - a. *X cais destinados ao embarque e desembarque de passageiros;*
 - b. *X lugares de estacionamento*, localizado junto ao antigo quartel dos Bombeiros Sapadores e cuja utilização será afeta à CCTB
 - c. *X bilheteiras;*
 - d. *X escritórios...*
 - e.

Artigo 2º

Finalidade e utilização

1. O CCTB é **terminal** ou ponto de paragem obrigatório de todas as carreiras não urbanas de transportes coletivos de passageiros que servem a cidade de Braga, incluindo o serviço expresso e internacional.
2. São considerados utilizadores prioritários do CCTB os transportadores com carreiras de serviço público regular que sirvam o concelho de Braga, nomeadamente na utilização de cais e disponibilização de escritórios/bilheteiras em uso distinto desse.
3. Todos os outros transportadores com carreiras de serviço público ou de aluguer, os responsáveis do serviço de transportes urbanos de Braga, as agências de viagens da região e demais ocupantes de escritórios/bilheteiras sobrantes, bem como de outros espaços comerciais que eventualmente venham a ser constituídos, poderão vir a utilizar o CCTB nas condições definidas neste Regulamento.
4. O CCTB destina-se exclusivamente ao uso por veículos de transporte coletivo de passageiros.

Artigo 3º

Competências

1. Compete à CMB, sem prejuízo das competências legalmente atribuídas e no âmbito das atribuições e objetivos constantes do artigo 1º, assegurar de forma regular e contínua a organização e exploração do CCTB.
2. A gestão corrente do CCTB compete à CMB, designadamente quanto a aspetos operacionais e de segurança, servindo ainda de interlocutor entre os utentes, transportadores ou arrendatários e a CMB.

CAPÍTULO II – Funcionamento e organização do CCTB

Artigo 4º

Acesso ao CCTB

1. O CCTB destina-se ao estacionamento ou paragens de veículos afetos aos serviços públicos de transporte de passageiros, embarque e desembarque de passageiros, bem como conexões entre esses serviços.
2. É garantido o acesso em condições equitativas, não discriminatórias e transparentes a todos os operadores de serviços públicos de transporte de passageiros que, cumulativamente:
 - a. reúnam os requisitos necessários ao exercício da atividade de transporte público de passageiros;
 - b. explorem serviços de transporte urbanos e interurbanos, serviços de transporte internacional e serviços ocasionais e regulares especializados;
 - c. assegurem o cumprimento das obrigações decorrentes do presente Regulamento.
3. Para efeito do disposto no número anterior, os operadores de serviços públicos de transporte de passageiros que pretendam aceder ao CCTB devem apresentar pedido de acesso escrito, dirigido à CMB, o qual deverá ser instruído com os seguintes documentos:
 - a. código de acesso à certidão permanente;
 - b. cópia do alvará ou licença comunitária para o exercício da atividade de transporte público de passageiros em autocarros;
 - c. cópia do contrato de seguro de responsabilidade civil destinado a garantir quaisquer danos, designadamente, civis e ambientais, ocasionados pelos operadores de serviços públicos de transportes de passageiros, assim como por qualquer um dos seus trabalhadores e/ou prestadores de serviços no CCTB, com um capital mínimo seguro e respetivo valor em euros e com menção expressa do Operador de CCTB como beneficiário do mesmo;
 - d. programa de exploração do(s) serviço(s) pretendido(s) realizar com referência à origem e destino, às paragens e aos horários;
 - e. relação dos veículos pretendidos utilizar na execução do(s) serviço(s) a realizar, acompanhada dos correspondentes documentos únicos automóveis ou documentos equivalentes que permitam demonstrar a sua propriedade.

-
4. No prazo de 30 dias após a apresentação do pedido de acesso devidamente instruído, o Operador do CCTB comunica, por escrito e de forma fundamentada, aos operadores de serviços públicos de transporte de passageiros requerentes o deferimento ou o indeferimento do pedido apresentado.
 5. O Operador do CCTB pode recusar o pedido de acesso ao CCTB sempre que se verifique falta de capacidade do mesmo.
 6. Após o deferimento do pedido de acesso, os operadores de serviços públicos de transporte de passageiros obrigam-se a conservar válidos e atualizados os documentos e a informação indicada no número 3 durante todo o período de tempo em que se mantiver a utilização do CCTB.
 7. Em caso de atraso dos operadores de serviço público de transporte de passageiros face ao respetivo programa de exploração, o respetivo acesso ao CCTB pode ser condicionado em função da disponibilidade e/ou das condições de operação existentes.
 8. O acesso dos operadores de serviço público ao CCTB fora das situações previstas no respetivo programa de exploração depende da aprovação prévia do Operador de CCTB.
 9. Em caso de atrasos superiores a 15 minutos, os operadores de serviço público obrigam-se a informar o Operador de CCTB desse atraso, de modo a que este possa promover a respetiva informação ao público e adotar as medidas de contingência que se afigurem adequadas.

Artigo 5º

Horário de funcionamento

1. O CCTB funciona todos os dias entre as 05h45m e as 00h30m.
2. A CMB poderá alterar o horário de funcionamento tendo em conta os interesses dos utentes, dos transportadores e dos serviços.
3. O horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais que funcionam no CCTB será estabelecido nos termos da legislação em vigor, no CRMB, não podendo, no entanto, exceder o definido para o CCTB.

Artigo 6º

Controlo do CCTB

1. A CMB superintenderá a organização e disciplina dos serviços, de forma a evitar situações de vantagem concorrencial para qualquer transportador.
2. Os agentes das empresas transportadoras obrigam-se a cumprir as disposições do presente Regulamento, bem como todas as instruções da CMB, ou de quem a represente no ato, nomeadamente as destinadas a regular a circulação dentro do CCTB ou nas áreas de paragem.
3. Compete aos funcionários do CCTB controlar e verificar as entradas e saídas das viaturas de transporte, de acordo com os horários fornecidos pelas transportadoras, bem como a utilização dos respetivos cais.

Artigo 7º

Circulação e estacionamento de veículos de transporte coletivo de passageiros no CCTB

1. É obrigatório desligar os motores dos veículos, nos respetivos cais, desde o momento da paragem até à sua saída.
2. A velocidade máxima admitida dentro das instalações do CCTB é de vinte km/h.
3. Não é permitida, exceto em caso de perigo iminente, o emprego de sinais sonoros dos veículos.
4. É proibida a entrada ou saída de passageiros, bem como de operações de carga ou descarga de mercadorias e bagagens, fora dos cais afetos ao transportador.
5. É expressamente proibido o estacionamento dos veículos na zona dos cais de embarque, fora do horário de funcionamento do CCTB, de acordo com o nº 1 do artigo 5º.
6. A duração máxima de estacionamento de veículos nos cais para tomar ou largar passageiros ou mercadorias, será de dez minutos, exceto nos casos em que a empresa tenha disponíveis os cais suficientes para a sua anormal operação de entrada e saída de passageiros.
7. É expressamente proibida a paragem ou o estacionamento de veículos fora dos locais a tal fim reservados.
8. É proibido o estacionamento de qualquer veículo estranho ao funcionamento do CCTB, no espaço deste.

Artigo 8º

Publicidade dos horários e tarifas

-
1. Os transportadores obrigam-se a comunicar à CMB as modificações de horários e tarifas, pelo menos quarenta e oito horas antes da sua entrada em vigor.
 2. Os horários das carreiras e as respetivas tarifas serão afixadas em locais bem visíveis, designadamente junto dos escritórios/bilheteiras dos respetivos transportadores.
 3. A CMB poderá elaborar, de acordo com os operadores, um quadro de informação permanente de horários de partidas e chegadas das carreiras, respetivos cais de embarque e paragens mais importantes do percurso.
 4. É proibido o chamamento de passageiros por processos sonoros, com exceção do emprego do sistema de amplificação sonora com que o CCTB está equipado.

Artigo 9º

Registo de informação e elementos estatísticos

1. Sempre que solicitado os transportadores elaborarão mapas estatísticos relativos ao movimento de passageiros, mercadorias, bagagens e veículos em cada uma das carreiras que convirjam no CCTB, bem como os dados respeitantes a outros serviços de transporte.
2. Os transportadores utilizadores do cais regulado por «toques» indicarão os veículos e respetivos horários de entrada e saída.

Artigo 10º

Manutenção

É proibido efetuar quaisquer operações de manutenção dos veículos parados ou estacionados no CCTB, nomeadamente, abastecimento de combustíveis, lubrificantes ou água e limpeza, exceto em casos de emergência e desde que devidamente autorizado.

Artigo 11º

Avarias

1. Os transportadores deverão promover a remoção imediata de qualquer veículo avariado, salvo quando a reparação possa ser concretizada até ao horário de encerramento do CCTB.

-
2. Se a deslocação citada anteriormente não se fizer com a celeridade necessária, será o veículo removido por iniciativa da CMB, a expensas do proprietário do mesmo.

Artigo 12º

Objetos esquecidos ou abandonados

1. As bagagens e outros objetos esquecidos ou abandonados nos veículos ou no CCTB, serão recolhidos pelo responsável de serviço para armazém, e entregues a quem provar pertencer-lhes.
2. A CMB elaborará semestralmente uma relação das bagagens e objetos achados, que fará afixar nos Paços do concelho e no CCTB.
3. A CMB poderá dispor das bagagens e objetos achados, se não foram reclamados até três meses após a publicação da relação referida no número anterior.
4. Excetua-se do disposto no número anterior, os bens ou objetos suscetíveis de rápida deterioração, os quais poderão ser objeto de afetação a finalidade socialmente útil, se não forem reclamados no prazo de quarenta e oito horas.

Artigo 13º

Despacho de bagagens e mercadorias

1. Os despachos de bagagens e mercadorias serão efetuados, nos termos da legislação em vigor, pelos agentes dos transportes, nos espaços que lhes estão destinados no CCTB.
2. Não é permitido o depósito de volumes no cais ou fora dos locais citados no nº 1 deste artigo.
3. Não é permitida a permanência de mercadorias e dos meios para a sua movimentação nos passeios, por tempo superior ao da respetiva carga ou descarga de e para as instalações da empresa.
4. Qualquer volume descarregado de um veículo que não seja levado imediatamente pelo seu proprietário ou agente transportador, será removido para o armazém do CCTB, pelo responsável de serviço, de onde só poderá ser retirado após o pagamento da respetiva contraordenação.

Artigo 14º

Seguros

1. A CMB estabelecerá os seguros convenientes, abrangendo as áreas públicas comuns, adstritas ao CCTB.
2. Todos os transportadores instalados no CCTB ficam obrigados a estabelecer um seguro relativo aos riscos da sua responsabilidade. Este seguro efetuar-se-á nos termos estabelecidos pela lei em vigor.
3. Só serão admitidos a utilizar o CCTB os veículos detentores de seguro de responsabilidade civil.
4. A CMB não assume a responsabilidade por qualquer espécie de riscos provenientes da atividade dos transportadores, seus agentes e demais equipamento. Os acidentes provocados pelos transportadores serão da sua responsabilidade.

Artigo 15º

Reclamações

No CCTB existe um Livro de Reclamações, nos termos da Portaria nº 659/2006, de 3 de julho, para registo de reclamações e sugestões que os utentes considerem necessárias, respeitantes quer ao funcionamento do CCTB, quer à atuação dos seus agentes, no que respeita à responsabilidade da CMB.

CAPÍTULO III – CAIS E ESCRITÓRIOS/BILHETEIRAS

Artigo 16º

Afetação e utilização dos cais

1. A CMB disponibilizará aos transportadores o número de cais adequados à gestão otimizada do equipamento, salvaguardando a disponibilidade de cais aos transportadores com carreiras de serviço público regular, serviço expresso, internacional ou outro.

-
2. Os cais a distribuir pelas empresas com carreiras de serviço público regular serão atribuídos de acordo com o número de horários das respetivas carreiras, ponderado com o total dos horários de todos os operadores.
 3. Anualmente, durante o primeiro trimestre, a CMB procederá à contagem semanal do número de horários das carreiras dos transportadores, procedendo à redistribuição dos cais pelos mesmos.
 4. A CMB disponibilizará um cais para operadores de outros serviços, designadamente, expresso ou internacional, mediante requerimento dirigido ao Presidente da CMB, que obedecerá ao regime de «toques».
 5. Cada toque corresponderá a um horário de paragem com um tempo de permanência não superior a 20 minutos.
 6. Sempre que surjam novos pedidos, a CMB procederá aos ajustamentos necessários relativamente aos cais atribuídos a cada transportador.
 7. Cada cais comporta um veículo.
 8. Só é permitida a paragem ou estacionamento de veículos nos cais do respetivo transportador, salvo acordo entre transportadores, devidamente autorizado pela CMB.
 9. Só é permitida a entrada ou saída de passageiros, bem como a carga ou descarga de mercadorias, dos veículos, quando estes se encontrem parados nos respetivos cais.
 10. Os cais serão devidamente identificados, com número e nome.

Artigo 17º

Escritórios/Bilheteiras

1. Todos os transportadores com carreiras de serviço público regular, **expresso ou internacional**, que venham a operar na sede do concelho de Braga, ficam obrigados à utilização de um escritório/bilheteira num dos espaços reservados para esse fim ou, alternativamente, associar-se a um dos transportadores já instalados que passará a gerir os espaços que lhe estão afetos contando com esse serviço adicional.
2. Os encargos com a energia elétrica, água, telefone ou outras comunicações, serão da responsabilidade de cada transportador.
3. É expressamente proibido efetuar qualquer tipo de obras sem autorização prévia da CMB.

Artigo 18º

Sinalização dos escritórios/bilheteiras

1. Os transportadores com escritórios/bilheteiras no CCTB, deverão assinalar os mesmos através de placa(s) em que estará inscrita a denominação da empresa.
2. As placas a colocar serão previamente submetidas à CMB para análise e aprovação.
3. Do requerimento deverá constar as características da placa, nomeadamente as dimensões, material, iluminação e local de implantação.
4. A presente sinalização obedece ao disposto no artigo 26º do presente regulamento.

Artigo 19º

Venda de bilhetes

1. A venda de bilhetes efetuar-se-á nos veículos ou nas bilheteiras dos transportadores.
2. É proibida a venda de bilhetes nos cais de embarque e desembarque.

CAPÍTULO IV – ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E PUBLICIDADE

Artigo 20º

Estabelecimentos Comerciais

1. Nos termos do Decreto-Lei nº 280/2007, de 7 de agosto, os estabelecimentos serão alvo de arrendamento.
2. O arrendamento será precedido de hasta pública ou efetuado por negociação, com publicação prévia de anúncio.
3. É proibida a venda ambulante em qualquer área do CCTB.

Artigo 21º

Hasta Pública

1. A hasta pública será publicitada em jornais locais ou distritais, através da afixação de editais na sede da entidade proprietária, e, ainda, noutros locais que, em face das circunstâncias concretas, sejam considerados mais convenientes.
2. Todos os anúncios públicos devem conter os seguintes elementos:
 - a) A identificação e a localização do imóvel;
 - b) O valor base de licitação;
 - c) Os impostos e outros encargos e despesas devidos;
 - d) As modalidades de pagamento admitidas;
 - e) O local e a data limite para a apresentação de propostas;
 - f) O local, a data e a hora da praça;
 - g) A indicação de outros elementos considerados relevantes.
3. A praça será dirigida por uma Comissão, sendo Presidente o de categoria superior.
4. As propostas a apresentar devem indicar um valor para arrematação do imóvel superior à base de licitação e ser acompanhadas de um cheque de montante correspondente à percentagem do valor da proposta que for fixada no anúncio público, emitido à ordem da CMB.
5. A percentagem prevista no número anterior não pode ser inferior a 5 %.
6. As propostas devem ser apresentadas em sobrescrito fechado, identificando-se no exterior do mesmo o proponente e o imóvel a que respeita, que, por sua vez, é encerrado num segundo sobrescrito dirigido ao presidente da comissão e endereçado ao serviço onde é realizada a praça.
7. As propostas podem ser entregues pessoalmente ou enviadas por correio, sob registo.
8. As propostas apresentadas são listadas e ordenadas de acordo com a respectiva apresentação.
9. Podem intervir na praça os interessados, incluindo eventuais titulares de direitos de preferência, ou seus representantes.
10. A praça inicia-se com a abertura das propostas recebidas, havendo lugar a licitação a partir do valor da proposta mais elevada ou, se não existirem propostas ou não existirem propostas válidas, a partir do valor base de licitação anunciado.
11. O valor dos lances mínimos é fixado pela comissão em montante não inferior a 1 % do valor base de licitação.
12. A licitação termina quando o presidente da comissão tiver anunciado por três vezes o lance mais elevado e este não for coberto.
13. Terminada a licitação, se o proponente ou proponentes que apresentaram a proposta de valor mais elevado demonstrarem interesse, reabre-se a licitação entre aqueles, independentemente

-
- de terem participado na licitação, e o interessado que licitou em último lugar, com o valor dos lances mínimos fixado pela comissão nos termos do n.º 11.
14. Em seguida, há lugar ao exercício de eventuais direitos de preferência e, apresentando-se a preferir mais de uma pessoa com igual direito, reabre-se nova licitação entre elas, nos termos do número anterior.
 15. Terminada a licitação nos termos do artigo anterior, a comissão adjudica provisoriamente o imóvel a quem tenha oferecido o preço mais elevado.
 16. O adjudicatário provisório deve, de imediato, efetuar o pagamento de 5 % do valor da adjudicação, ou de outro montante superior que haja sido fixado no anúncio público, e declarar se opta pela modalidade do pagamento em prestações, se admitida, indicando o plano de pagamentos pretendido, bem como se pretende que o imóvel seja para pessoa a designar, a qual deve ser identificada no prazo de cinco dias.
 17. No caso de o adjudicatário provisório ter apresentado proposta nos termos do artigo 89.º, tem de proceder ao pagamento apenas da diferença entre o valor a que se refere o número anterior e o valor do cheque que acompanhou a proposta, caso este seja inferior àquele.
 18. No final da praça, é elaborado o respectivo auto de arrematação, que deve ser assinado pelos membros da comissão e pelo adjudicatário provisório, se estiver presente.
 19. A decisão de adjudicação definitiva ou de não adjudicação compete ao Presidente da CMB, devendo dela ser notificado o interessado, no prazo de 30 dias a contar da adjudicação provisória.
 20. O adjudicatário provisório ou o terceiro para quem este contratou devem comprovar que têm a situação tributária e contributiva regularizada, no prazo de 10 dias a contar da data da adjudicação provisória.
 21. O prazo previsto no número anterior pode, por motivo devidamente justificado, ser prorrogado pelo Presidente da CMB.
 22. No pagamento a pronto, a quantia remanescente ao valor pago aquando da adjudicação provisória é liquidada no prazo de 30 dias contados da data da notificação da adjudicação definitiva.
 23. No pagamento a prestações, a quantia remanescente é paga nos termos fixados no plano de pagamentos previsto no n.º 2 do artigo 85.º

24. O incumprimento pelo adjudicatário das obrigações previstas nos números anteriores implica a perda de quaisquer direitos eventualmente adquiridos sobre os imóveis, bem como das importâncias já entregues.
25. Não há lugar à adjudicação, provisória ou definitiva, designadamente, quando se verifique erro relevante sobre a identificação ou a composição do imóvel, a prestação de falsas declarações, a falsificação de documentos ou o fundado indício de conluio entre os proponentes.
26. A não comprovação da situação tributária e contributiva regularizada, por motivo imputável ao adjudicatário provisório, implica a não adjudicação definitiva do imóvel.
27. No caso de o imóvel já ter sido adjudicado definitivamente e se apurar que o adjudicatário prestou falsas declarações ou apresentou documentos falsificados, há lugar à anulação da adjudicação, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal.
28. Em caso de anulação da adjudicação ou de não adjudicação por causa imputável ao interessado, pode o imóvel, sem prejuízo do exercício de eventuais direitos de preferência, ser adjudicado ao interessado que tenha apresentado a proposta ou o lance imediatamente inferior ao valor de arrematação, excepto em caso de conluio.
29. Quando a CMB, sem causa justificativa, não proceda à adjudicação definitiva, pode o interessado eximir-se da obrigação de aquisição, tendo direito ao reembolso das quantias pagas.

Artigo 22º

Negociação

1. Pode ser objeto de negociação, no procedimento por negociação, com publicação prévia de anúncio, designadamente:
 - a. O preço;
 - b. O prazo de pagamento e a prestação de garantia relativa ao montante em dívida;
 - c. A participação do Estado ou do instituto público em projecto imobiliário a desenvolver;
 - d. As alternativas à venda imediata, designadamente o arrendamento com opção ou promessa de compra.
2. O procedimento por negociação abrange:
 - a. A publicação de anúncios;
 - b. A entrega, a apreciação e a seleção de candidaturas;
 - c. A apresentação, a apreciação e a negociação de propostas;

-
- d. A escolha do adjudicatário.
3. O procedimento por negociação pode ter lugar em plataforma electrónica.
4. Do anúncio do procedimento constam os seguintes elementos:
- a. O critério de selecção das candidaturas;
 - b. O local e respectivo horário de funcionamento e a data e a hora limites para a recepção das candidaturas e das propostas;
 - c. Os elementos que devem ser indicados nas propostas e os documentos que as instruem;
 - d. O modo de apresentação das propostas;
 - e. O local onde podem ser consultados o programa do procedimento e o caderno de encargos ou as condições e os custos do respectivo envio, quando houver lugar a tais documentos;
 - f. A data, a hora e o local do acto público de abertura das propostas;
 - g. O critério ou critérios da adjudicação, incluindo os factores que nela intervêm, por ordem decrescente de importância;
 - h. O prazo durante o qual os concorrentes ficam vinculados a manter as suas propostas.
5. O procedimento é dirigido por uma comissão, nomeada pelo Presidente da CMB, constituída em número ímpar com pelo menos cinco elementos, um dos quais designado presidente.
6. O despacho constitutivo da comissão deve designar o vogal que substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos.
7. A admissão das candidaturas é efectuada pela comissão no dia útil imediato ao da data limite prevista no anúncio para a sua apresentação.
8. Na apreciação e selecção das candidaturas, a comissão exclui os candidatos que não preencham os requisitos previstos no anúncio e admite os restantes.
9. A comissão notifica todos os candidatos da sua decisão.
10. O número de candidatos a admitir só excepcionalmente deve ser inferior a três.
11. Os candidatos admitidos são convidados a apresentar as respectivas propostas, nos termos do anúncio.
12. As propostas são abertas, pela comissão, em sessão privada, no dia útil imediato ao da data limite para a respectiva apresentação.
13. A comissão exclui as propostas que não sejam recebidas no prazo fixado e notifica os respectivos concorrentes.

-
14. Os concorrentes cujas propostas tenham sido admitidas devem ser notificados, com uma antecedência mínima de cinco dias, da data, da hora e do local da sessão de negociação.
 15. As negociações decorrem no mesmo período e separadamente com cada um dos concorrentes, de forma a assegurar idênticas oportunidades de propor, aceitar e contrapor alterações às respectivas propostas.
 16. As condições apresentadas nas propostas são livremente negociáveis, não podendo resultar das negociações condições globalmente menos favoráveis para a entidade adjudicante do que as inicialmente apresentadas.
 17. Das sessões de negociação são lavradas actas, das quais constam a identificação dos concorrentes e o resultado final das negociações.
 18. As actas devem ser assinadas pelos membros da comissão e pelos concorrentes.
 19. A comissão aprecia as propostas alteradas e as não alteradas nas sessões de negociação, bem como as entregues pelos concorrentes faltosos.
 20. Apreciado o mérito das propostas, a comissão elabora um relatório fundamentado que inclui a identificação das propostas excluídas e procede à classificação provisória dos concorrentes.
 21. O relatório final é também elaborado pela comissão, que, para efeitos da adjudicação e após audiência prévia escrita dos concorrentes, é submetido ao Presidente da CMB.
 22. A decisão sobre a adjudicação é notificada, no prazo de 10 dias, a todos os concorrentes.

Artigo 23º

Publicidade

1. Poderá ser permitida a colocação de publicidade no interior do CCTB.
2. A publicidade será previamente submetida à CMB para análise e licenciamento.
3. A colocação de reclusos deverá prosseguir os seguintes objetivos:
 - a. Não prejudicar a estética do ambiente local;
 - b. Não causar prejuízos a terceiros;
 - c. Não afetar a segurança de pessoas e bens;
 - d. Não prejudicar a circulação dos peões, designadamente dos que têm mobilidade condicionada;
 - e. Não prejudicar a visibilidade de quaisquer elementos de sinalização existentes no interior do CCTB.

-
4. Pela afixação de publicidade será cobrada taxa de acordo com a Tabela de Taxas e Preços da CMB, anexa ao CRMB.

CAPÍTULO V – ORGANIZAÇÃO, TAXAS, ENCARGOS E PLANO DE EXPLORAÇÃO

Artigo 24º

Organização dos funcionários afetos ao CCTB

1. A CMB afetará ao CCTB, o número de funcionários adequados, a:
 - a) Assegurar o cumprimento dos direitos e obrigações decorrentes do presente Regulamento;
 - b) Velar pela segurança e comodidade dos utentes do TERMINAL;
 - c) Fazer a entrega imediata, ao serviço de Perdidos e Achados, dos objetos encontrados no CCTB.
2. Todos os trabalhadores, sejam da CMB sejam dos utilizadores do CCTB, estão obrigados a, designadamente:
 - a) Andar devidamente identificados;
 - b) Acatar e assegurar o cumprimento das ordens e instruções transmitidas pela CMB durante o período de permanência no CCTB.
3. O incumprimento das obrigações previstas nos números anteriores determinará a interdição do acesso, assim como a obrigação de retirada de todos os trabalhadores incumpridores.

Artigo 25º

Dos utentes

Os utentes deverão acatar as indicações dos funcionários ou seguranças de serviço no CCTB, sem prejuízo da reclamação que ao caso couber, para o superior hierárquico daqueles, devendo, em especial, dar um uso prudente e adequado às instalações, abstendo-se de praticar quaisquer atos que danifiquem ou sejam suscetíveis de prejudicar as mesmas, bem como os respetivos equipamentos.

Artigo 26º

Cobrança de taxas e preços

A CMB arrecadará receitas decorrentes dos valores cobrados como contrapartida do exercício das funções de organização, supervisão, fiscalização e prestação de serviços relativos ao sistema de transportes públicos de passageiros, bem como destinadas à manutenção e desenvolvimento dos sistemas de transportes públicos de passageiros, nomeadamente, as seguintes:

- a. utilização dos cais afetos a cada transportadora;
- b. toque nacional;
- c. toque internacional;
- d. publicidade;
- e. estacionamento diurno;
- f. estacionamento noturno;
- g. limpeza exterior do veículo;
- h. limpeza interior do veículo;
- i. Rendas a ser pagas pelos estabelecimentos.

Artigo 27º

Prestação de serviços

1. A utilização do CCTB pelos operadores está sujeita ao pagamento de preço que consta da tabela anexa.
2. A CMB poderá prestar, por solicitação dos operadores, outros serviços constantes da tabela anexa, mediante o pagamento do respetivo preço.
3. A prestação de outros serviços será efetuada mediante o preenchimento, por parte dos operadores, da requisição escrita disponibilizada pela CMB.
4. A CMB remeterá, com periodicidade mensal, a cada operador utilizador, fatura com valor a liquidar nos termos da tabela anexa.
5. Os operadores estão obrigados a efetuar o pagamento no prazo de 8 (oito) dias.

Artigo 28º

Encargos

1. A CMB assumirá os seguintes encargos:
 - a. Quadro de pessoal, na dimensão e com as funções julgadas necessárias a cada fase de exploração;
 - b. Energia elétrica, consumo de água, comunicações, limpeza e segurança relativos às áreas comuns;
 - c. Seguro de incêndio, queda de raio, explosão, tempestades, inundações e danos por água;
 - d. Equipamento das zonas comuns;
 - e. Sinalização, painéis informativos e sistema audiovisual;
 - f. Material e mobiliário de escritório para a gestão e exploração dos espaços que estão afetos ao CCTB;
 - g. Conservação e manutenção do edifício.
2. Os transportadores e arrendatários obrigam-se a proceder à limpeza e manutenção das respetivas áreas.

Artigo 29º

Relatório Anual de Execução

A CMB elaborará um relatório anual de exploração que conterá:

- a. Um mapa de utilização dos cais, a atualizar sempre que se verifiquem alterações do número de transportadores e dos horários;
- b. A atribuição de todos os espaços individualizáveis do CCTB, designadamente dos escritórios/bilheteiras;
- c. As ações ou obras de manutenção realizadas e a realizar;
- d. As despesas e receitas de gestão do CCTB no ano findo.

CAPÍTULO VI – FISCALIZAÇÃO E REGIME SANCIONATÓRIO

Artigo 30º

Fiscalização

1. A fiscalização das condições de prestação de serviços no CCTB será exercida pela CMB, com vista a zelar pelo integral cumprimento do disposto no presente regulamento e demais normas aplicáveis.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, todas as autoridades e seus agentes, que tomarem conhecimento de quaisquer infrações ao presente regulamento deverão participá-las à CMB.
3. Caso se verifiquem situações que impliquem o incumprimento dos dispositivos legais de qualidade do ar, a CMB tomará as medidas necessárias para resolver rápida e efetivamente a situação.

Artigo 31º

Contraordenações

1. Sem prejuízo da responsabilidade civil ou penal emergente dos atos praticados pelos transportadores ou seus agentes, constituem contraordenações, a violação do disposto no:
 - a. Artigo 7º;
 - b. Artigo 8º;
 - c. Artigo 9º;
 - d. Artigo 10º;
 - e. Artigo 11º;
 - f. Artigo 13º;
 - g. Nº 2 do artigo 14º;
 - h. Nº 9 do artigo 16º
 - i. Artigo 18º;
 - j. Artigo 19º; e,
 - k. Nº 2 do artigo 28º

-
2. As contraordenações previstas no número anterior serão sancionadas com coima de €50,00 (cinquenta euros) a €5.000,00 (cinco mil euros).
 3. As receitas provenientes da aplicação das contraordenações previstas reverterem para a Câmara Municipal de Braga.

Artigo 32º

Sanções acessórias

1. Sem prejuízo da responsabilidade civil ou penal emergente dos atos praticados, a falta de cumprimentos, pelos transportadores, das disposições do presente regulamento será punida, salvo se for devida a caso de força maior.
2. As infrações poderão ainda ser passíveis das seguintes sanções acessórias:
 - a. Advertência
 - b. Proibição de entrada nas instalações do CCTB por período de trinta dias;
 - c. Em caso de reincidência ou quando a infração for grave, a CMB pode deliberar a proibição definitiva de entrada nas instalações.
3. As infrações às disposições do regulamento são puníveis, ainda que praticadas a título de negligência.
4. Nos casos previstos nas disposições citadas no número anterior, a tentativa será sempre punida.
5. Na aplicação das coimas e das sanções acessórias aplicar-se-á o disposto na Lei Geral das Contraordenações – nos termos do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de setembro – em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente regulamento.

Artigo 33º

Competência

A competência para determinar a instrução do processo de contraordenação e para aplicar a respetiva coima, pertence ao Presidente da CMB.

CAPÍTULO VII – DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 34º

Conhecimento e omissões

1. As empresas transportadoras e demais utilizadores das instalações declararão, por escrito, ter tomado conhecimento do presente Regulamento, obrigando-se ao integral cumprimento das suas disposições e de todos os demais preceitos legais e regulamentares referentes à utilização do CCTB.
2. As dúvidas que surgirem na aplicação do presente Regulamento ou eventuais omissões serão resolvidas e preenchidas as suas lacunas, mediante despacho do Presidente da CMB.

Artigo 35º

Direito subsidiário

Em tudo o que não estiver especialmente previsto neste Regulamento aplicar-se-á a legislação correspondente e em vigor.

Artigo 36º

Delegação de competências

1. As competências atribuídas pelo presente Regulamento à CMB podem ser delegadas no Presidente da CMB, com faculdade de subdelegação.
2. As competências atribuídas ao Presidente da CMB podem ser delegadas nos vereadores, com faculdade de subdelegação.

Artigo 37º

Norma revogatória

São revogadas todas as disposições regulamentares vigentes, incompatíveis com o presente regulamento.

Artigo 38º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor 10 dias após a publicação em Diário da República.
